

Memórias indígenas e ensino de história

PABLO LUIZ DE OLIVEIRA LIMA*

A história indígena é uma área do conhecimento histórico repleta de desafios e possibilidades. Se, por um lado, as populações indígenas estão presentes na literatura histórica desde as primeiras narrativas escritas por europeus sobre as Américas, por outro, esta presença, na grande maioria dos casos, foi obra da pena de indivíduos que participavam, mais ou menos ativamente, de um complexo processo de colonização marcado por preconceitos e situações de violência – física e simbólica – contra povos indígenas por parte dos colonizadores.

No processo de interação entre os inúmeros grupos étnicos nativos e os portugueses, franceses e holandeses que se estabeleceram no território do atual Estado brasileiro, o que menos é conhecido pela academia é a perspectiva dos indígenas, a história de seu ponto de vista e isto se deve a muitos fatores. O principal deles é grande redução da população indígena desde o momento do contato e durante os séculos seguintes, devido a doenças e guerras de conquista. Outro é a natureza da própria documentação colonial “tradicional”, ou seja, escrita e iconográfica, que é parcial e limitada, com representações que revelam o olhar dos europeus sobre o indígena – um *outro* exótico, entre o bárbaro e o bom selvagem. Para não ir muito longe, cabe observar que este peso do olhar eurocêntrico reside, por exemplo, no próprio termo *índio*, como se habitasse a Índia e se tratasse de um único grupo étnico, equívoco que foi constatado já na década de 1520, mas perpetuado por todas as gerações seguintes até os dias de hoje. Por estes motivos, e muitos outros, a sociedade brasileira ainda sabe pouco sobre a história dos povos indígenas no Brasil e, em especial, de Minas Gerais.

O momento atual, todavia, é de franca expansão da educação indígena em Minas e no país. São vários os impulsos que levam a esta situação. Por um lado, desde meados da década de 1990, muitas experiências têm sido realizadas no campo da educação indígena, em especial em relação à formação de educadores indígenas. Por outro lado, o Estado brasileiro em recente legislação tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena nas escolas de educação fundamental e média.

* Universidade Federal de Minas Gerais, Doutor e mestre em História.

Neste contexto, a UFMG tem tido um papel protagonista na organização de cursos de educação indígena em Minas Gerais e com a criação do curso superior de Licenciatura Indígena. Ambos os processos se articulam à pesquisa sobre história indígena, em suas diferentes dimensões.

Compreende-se por história indígena não apenas a historiografia sobre o tema mas todo o conhecimento possível sobre a vida dos diferentes povos indígenas do continente americano durante os últimos quinze milênios², fundamentado em fontes variadas, como vestígios arqueológicos de milhares de anos, documentos textuais e a memória viva de grupos indígenas atuais. Trata-se de uma noção ampla do que seria a história – o estudo sobre as sociedades humanas no tempo e espaço – e do que seriam os indígenas – indivíduos pertencentes a sociedades que vivem nas Américas desde milênios antes do processo colonial da era moderna, do Alasca até a Terra do Fogo, passando pelo Brasil.

Este projeto de pesquisa propõe um recorte geográfico dentro deste imenso campo da história indígena que, do ponto de vista indígena pode ser considerado arbitrário. Não obstante, considerando a realidade histórica presente – marcada pela inevitabilidade da influência mútua entre culturas indígenas e não-indígenas em Minas Gerais – e a construção do curso de Licenciatura Indígena na UFMG, o recorte geográfico e cronológico pode ser compreensível. Propomos, portanto, um estudo sobre as memórias das populações indígenas que ocuparam o território do atual estado de Minas Gerais nos últimos 15 milênios, com uma ênfase em relação aos povos que participam do curso de Licenciatura Indígena na UFMG.

A pesquisa sobre as memórias indígenas no continente americano tem avançado muito nas últimas décadas, mas as regiões privilegiadas continuam sendo a América do Norte, a Mesoamérica e a região andina (MARTINS, 2007). Mais recentemente, a região amazônica tem atraído muito a atenção de pesquisadores, mais estrangeiros do que brasileiros, resultando em trabalhos reveladores de uma ocupação mais antiga e mais intensa do que até a pouco se pensava. Mas, para além da arqueologia e antropologia na Região Norte, a pesquisa sobre as populações indígenas das demais regiões brasileiras, seja pela arqueologia, história ou antropologia, é muito menos

² Período com presença humana confirmada por vestígios datados pelo método do Carbono 14 em território americano (MANN, 2006).

considerável. Em outras palavras, há ainda muito a se fazer no campo da pesquisa em história indígena sobre o atual Sudeste.

Acreditamos que seja interessante, no presente momento dos estudos sobre história indígena no Brasil, a realização de uma pesquisa que sistematizasse a documentação textual produzida durante o período colonial e imperial mais relevante para esta área, resultando em um guia de fontes com o objetivo de contribuir para futuras pesquisas. Neste sentido propomos a realização de um levantamento sistemático de fontes para a história indígena em Minas Gerais.

O problema central que esta pesquisa busca compreender é a relação entre a pesquisa acadêmica (partindo da arqueologia, antropologia e história) sobre os povos indígenas e o ensino de história indígena. O trabalho em sala de aula sobre a história indígena poderia muito se beneficiar por um diálogo com a academia, em especial, com a arqueologia, assim como com os próprios professores e estudantes indígenas. É necessário ainda saber como a história indígena é trabalhada nas escolas, tanto por alunos e professores índios e não-índios. Neste sentido, serão realizadas entrevistas com professores indígenas e não-índios sobre como eles percebem esta relação e qual o lugar da história indígena em suas práticas educacionais.

Esta pesquisa lança luz sobre as possibilidades do uso de fontes de memórias diversas para o aprofundamento da relação entre a pesquisa e o ensino-aprendizagem de história indígena em Minas Gerais. Este objeto é fundamentado sobre três frentes de pesquisa: 1) a análise de fontes escritas, iconográficas e cartográficas que contenham evidências da história indígena no período colonial e imperial; 2) a análise da bibliografia em história indígena e arqueologia de ocupações indígenas no território de Minas Gerais; 3) a análise da memória oral de professores e estudantes de educação indígena sobre os trabalhos com fontes históricas em suas práticas de ensino-aprendizagem.

A História enquanto campo de investigação cientificamente orientado das sociedades no tempo tem passado por transformações significativas relacionadas a seus objetos, abordagens e problemas. Desde o início do século XX, discussões sobre as diversas fontes históricas têm ampliado o universo do historiador, ultrapassando o domínio dos documentos escritos. Assim, a pesquisa histórica torna-se mais complexa e aberta à construção de conhecimento interdisciplinar. Este processo de ampliação do

campo de trabalho do historiador, no entanto, não implica no abandono das fontes ditas *tradicionais*. Pelo contrário, antigos documentos, muitas vezes já explorados, basicamente pertencentes ao registro da escrita, podem ser relidos e re-analisados através de novas abordagens.

As fontes escritas, iconográficas e cartográficas a serem analisadas são textos e imagens que se encontram no acervo do Arquivo Público Mineiro, nos fundos da Seção Colonial e Secretaria de Governo, e que foram produzidas durante os séculos XVIII e XIX pelas autoridades político-administrativas mineiras. São fontes *tradicionais*. Não obstante, não tiveram suas potencialidades comunicativas suficientemente exploradas e acreditamos que, a partir de um novo olhar sobre elas, podem ser encontradas muitas informações sobre a história indígena. Muitas destas fontes guardadas no APM nunca foram utilizadas para a produção do conhecimento histórico em ambiente escolar. Além disso, são fontes importantes sobre o processo de contato entre colonizadores e nativos.

É preciso refletir que apesar de muitos arqueólogos utilizarem o termo “pré-histórico” para se referirem a sociedades sem escrita textual, acreditamos que o termo deva não deve ser utilizado, ou pelo menos sempre com ressalvas, entre aspas, uma vez que se trata de uma vocábulo carregado de etnocentrismo. De modo algum concordamos que seres humanos possam ser “pré-históricos”, pois a história não é determinada pela escrita mas pela presença humana em si. De todo modo, a arqueologia tem desvendado muitas fontes e tentado interpretá-las, apesar de utilizar esta terminologia “pré-histórica” com pouca preocupação conceitual. Acreditamos ser necessário que haja uma articulação entre o conhecimento arqueológico e a dimensão histórica das sociedades indígenas sobre períodos anteriores ao processo colonial.

Em relação às fontes de memória oral, a abordagem é bastante distinta, pois não se trata de um levantamento de informações, mas da construção de fontes novas a partir de entrevistas com informantes selecionados – professores de história e estudantes de Licenciatura Indígena da UFMG. A partir destas entrevistas, registramos e analisamos as memórias das práticas relacionada ao ensino de história indígena.

Esta investigação sobre a relação entre as fontes pesquisadas pela academia, as hipóteses elaboradas pela história e arqueologia, e o ensino de história indígena, será realizada com uma perspectiva de história cultural, entendida como um campo do conhecimento histórico que permite uma aproximação entre a história e outras ciências

humanas – como antropologia e arqueologia – em torno de objetos de estudo e formas de abordagem da realidade histórica desprezados pela historiografia tradicional. Trata-se da história das populações indígenas antes e após a experiência colonial, uma história que não foi esgotada pela historiografia tradicional. De acordo com Roger Chartier, a história cultural tem o objetivo de analisar como uma “determinada realidade social” é construída e passada a ler através da utilização de “categorias fundamentais de percepção e apreciação do real” (CHARTIER, 1990). No caso da história indígena, é possível afirmar que o tema foi apropriado pela historiografia tradicional brasileira – produzida com um viés positivista nos séculos XIX e XX – por meio de categorias que carregam representações da sociedade ocidental sobre os indígenas, tais como “selvagens”, “bárbaros”, “gentio”, etc.

No caso dos documentos escritos, o método adotado é a leitura crítica das fontes, procurando identificar as circunstâncias de produção dos documentos, as intenções dos produtores e os pequenos sinais que revelam, nas entrelinhas, o contexto de produção do documento. Assim, pretende-se aliar um método empírico a uma problemática subjetiva, em busca da complexidade da realidade social. A documentação no APM é composta por bandos, leis, ordens régias, regimentos e correspondência oficial do governo da capitania e província mineira com a coroa e a corte. Em muitos documentos, os índios aparecem como sujeitos históricos em representações que merecem ser analisadas e potencializadas para o uso em práticas educativas.

Acredita-se ser possível compreender as experiências de vida indígenas historicamente não apenas por meio de pesquisa documental, mas também pela análise bibliográfica sistemática sobre história e arqueologia indígena. Por meio dos instrumentos de pesquisas bibliográficas amplamente disponíveis pela internet, será arrolado um conjunto de obras de referência sobre o tema, analisando-se as hipóteses centrais sobre a história das populações nativas das terras mineiras. A análise da historiografia existente sobre o tema é essencial para o dimensionamento da problemática envolvendo o lugar da história indígena no imaginário social brasileiro.

Em relação às entrevistas a serem realizadas com professores e estudantes de Licenciatura Indígena, trabalharemos com a metodologia da história oral, que envolve uma relação dinâmica entre prática e teoria, visando caminhar da pesquisa, da investigação, para a reflexão. Não que a pesquisa seja feita sem reflexão, mas apenas

que a teoria não venha a se impor sobre a prática. Buscamos seguir um conselho de Carlo Ginzburg:

“(...) as questões teóricas quando desligadas de pesquisas concretas, não tem nenhum interesse para mim, pois é de certa maneira fazer uma falsa teoria. (...) Tal distorção resulta da idéia de que basta estar em dia com as últimas modas parisienses para se estar no centro do debate científico. Penso que, pelo contrário, para participar da produção científica devemos partir de um problema que conhecemos de primeira mão, somente assim podemos levantar questões teóricas e contribuir no debate científico.” (GINZBURG; VENÂNCIO, 1990)

A *História Oral* não deve existir apenas para ilustrar algo evidenciado em registros escritos, substituir o que não está escrito ou preencher lacunas em documentos escritos. Não podemos subordinar a memória falada de nossas testemunhas à lógica do universo escrito. A *História Oral* deve ser encarada como uma metodologia de pesquisa e análise sobre depoimentos orais contendo histórias em si. Cada depoimento é único, fruto do momento da entrevista. É uma fonte auto-suficiente, pois é produzida a partir de um lugar humano, vivo, consciente e inteligente. No caso da história das práticas pedagógicas relacionadas à história indígena que serão objetos das entrevistas, a história oral é uma auspiciosa maneira de se buscar compreender a perspectiva dos agentes históricos e, ao mesmo tempo, informantes. Cabe aqui lembrar da defesa feita por Gwyn Prins em relação à esta prática de pesquisa:

“Assim, poderíamos virar a mesa. Poderíamos argumentar que na verdade o testemunho oral, seja ele coletado por gravação em fita, ou pelas pesquisas de campo entre as tribos de almirantes e secretários de estado, está mais próxima da fonte principal.” (PRINS, 1992)

Mas, a *História Oral* não é mais verdadeira. Muito menos uma *outra* História. Sua maior contribuição é a ampliação do conhecimento histórico, fornecendo detalhes desconhecidos que nos estimulam a analisar novos dados e de maneira diferente. O importante é o tratamento dos relatos, a forma pela qual são reconstruídos e utilizados. É crucial que os depoimentos sejam cuidadosamente ouvidos. A *História Oral* é entendida por Janaína Amado e Marieta Ferreira, não como uma mera técnica ou

disciplina, mas como uma metodologia que possibilita a construção de uma história mais polifônica. Ela chegou ao Brasil nos anos de 1970, tendo-se difundido mais na década de 1990. Junto com a prática fez-se necessária uma discussão teórica. Amado e Ferreira consideram que para a História, que é sempre construção, a *História Oral* representaria um tipo de pesquisa empírica de campo com uma exigência profunda pela reflexão teórica e metodológica. A entrevista pode produzir um documento fruto do diálogo entre o pesquisador e o pesquisado, impossível com fontes *mortas*. Esta proximidade com o objeto de estudo é considerada por Roger Chartier como uma História do tempo presente. Para Chartier, na *História Oral* o

“(...) pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um melhor entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história.” (AMADO; FERREIRA, 1996)

Para Etienne François porém, a *História Oral* teria o mérito de dar atenção aos dominados, excluídos, à história do cotidiano, vista de baixo pra cima, enfim, à micro-história. Porém, estas características não seriam exclusivas da *História Oral*. Esta metodologia sem dúvida estabeleceria uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história. De fato, esta metodologia faz o historiador estar mais presente junto à sociedade estudada e ser menos arbitrário. Dela decorrem depoimentos que podem ser entendidos como produtos de uma história mais participativa, porque “(...) uma testemunha não se deixa manipular tão facilmente quanto uma série estatística (...)”. (FRANÇOIS apud AMADO; FERREIRA, 1996)

A oralidade é um aspecto central da vida humana, essencial ao processo de comunicação através da linguagem. A *História Oral* possibilita o surgimento de documentos inéditos. São fontes qualitativas, contendo a visão e a versão de pessoas com uma experiência vivida sobre os acontecimentos, considerando, assim, o âmbito subjetivo da vida humana. Neste sentido, trata-se de uma oportuna metodologia de pesquisa sobre o ensino-aprendizagem de história indígena.

A elaboração de materiais didáticos para a história e cultura indígenas deve levar em consideração a complexa situação enfrentada pelos povos indígenas: são nativos muitas vezes desalojados em suas próprias terras. Ao mesmo tempo, a influência indígena, compreendida em linhas gerais, é perceptível em vários aspectos da cultura brasileira.

Em 2008 o Congresso Nacional Brasileiro aprovou uma lei tornando obrigatório o ensino de cultura e história indígena no ensino básico - fundamental e médio - do sistema nacional de educação regular. Esta legislação faz parte de uma política pública de educação das relações étnico-raciais e é fruto da luta do movimento indígena e de outros movimentos sociais brasileiros, bem como do trabalho de pesquisadores sobre a cultura indígena nos campos da antropologia, etnologia, arqueologia, história, pelo reconhecimento dos direitos constitucionais que garantem tanto a educação indígena diferenciada quanto a valorização do patrimônio cultural brasileiro em sua diversidade. Na história de sua elaboração, a Lei 11.645 de 8 de março de 2008 incluiu a temática indígena na grade curricular obrigatória, colocando-a ao lado da história e cultura africana e afro-brasileira, cuja obrigatoriedade já existia desde a Lei 10.639, de 2003.

Para a efetiva implementação desta legislação e formação de uma cultura escolar de trabalho adequado com a cultura e a história indígenas, são necessários materiais didáticos de qualidade sobre o tema. Estes materiais podem ser tanto livros didáticos, livros de autores indígenas, quanto materiais produzidos pelos próprios professores não-índios e seus alunos. A produção de materiais didáticos sobre a história indígena envolve uma pesquisa sobre o tema a partir de um recorte mais preciso de determinada problemática. Utilizando materiais impressos, mídias digitais e, especialmente, com a conexão à internet é possível realizar uma pesquisa primária sobre a realidade das sociedades indígenas das Américas.

O trabalho com a cultura e história indígena é uma oportunidade de os professores e alunos conhecerem mais sobre os povos nativos do Brasil, buscando erradicar muitos preconceitos. É também uma possibilidade de trabalho com habilidades e saberes do campo das ciências humanas, principalmente a história, tais como a pesquisa no campo da cultura, a análise de fontes documentais variadas, o trabalho de levantamento, seleção e descrição de objetos da cultura material. Espera-se que o professor possa ter

neste material elementos que contribuam para a reflexão sobre sua prática de ensino, assim como sugestões para a realização de atividades pedagógicas com seu grupo de alunos, independente da faixa etária. Acima de tudo, é preciso que o educador busque uma formação continuada sobre este tema cuja complexidade é imensa.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre as sociedades indígenas brasileiras, em especial as que ocupam e ocuparam as terras que hoje são Minas Gerais. E que possa também servir como experiência reflexiva sobre esta disciplina e seu currículo, assim como útil para a difusão de fontes pelas escolas de ensino fundamental e médio no estado. O *Guia Analítico de Fontes para a História Indígena em Minas Gerais*, produto final proposto por este projeto, pode vir a ser um passo no sentido na construção de novas narrativas sobre a presença humana milenar ocultada pela história tradicional, e da crítica ao eurocentrismo no campo do ensino de história no Brasil.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. “Apresentação. Os índios na História: abordagens disciplinares”. *Tempo*. Niterói, v. 12, n. 23, 2007 .

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1996.

BOCCARA, Guillaume. “Mundo Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo. Relectura de los procesos coloniales de etnogenesis, etnificación y mestizaje em tiempos de globalización”. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*. n. 1, 2001,

BORGES BITTENCOURT, Liberdade. *A formação de um campo político na América Latina. As organizações indígenas no Brasil*. Goiás: Ed. da UFG, 2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: Memória e Sociedade, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

_____. IN: SILVA, Aracy Lopez da Silva; GRUPIONI Luiz Donisetti Benzi. (Org.). *A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 1 ed. Brasília: MEC, 1995, pp. 129-141.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. *Inimigos Fiéis. História, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: EDUSP, 2001.

GINZBURG, Carlo; VENANCIO, Renato. “A História e a Micro História, uma entrevista com Carlo Ginzburg”. In: *LPH – Revista de História*. Vol. 1. No.1. Dept. de História da UFOP. Mariana. 1990. pg. 4.

GRUPIONI, Luis Donizeti Benzi. Livros didáticos e fontes de informação sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopez da Silva; GRUPIONI Maria Cristina Bohn Martins. “As sociedades indígenas, a história e a escola”. *Antíteses*, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, pp. 153-167

HILL, Jonathan. (Ed.) *History, Power and Identity: Ethnogenesis in the Americas. 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996, pp. 20-35.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. *A conquista da América vista pelos índios. Relatos astecas, maias e incas*. Tradução de Augusto Ângelo Zanata. Petrópolis: Vozes, 1984.

MANN, Charles. *1491: new revelations of the Americas before Columbus*. New York: Vintage books, 2006.

MARTINS, Maria Cristina. “As sociedades indígenas, a história e a escola” In: *Antíteses*, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, pp. 153-167.

MENGET, Patrick. Entre memória e história. IN: NOVAES, Adauto (org). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, pp. 153-165.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores10: estudos de história indígena e do indigenismo*, Tese de Livre-Docência em Antropologia, IFCHUnicamp, Campinas, 2001. Disponível em <www.ifch.unicamp.br/ihb>.

NAVARRETE, Federico. “A invenção da etnicidade nos estados-nações americanos nos séculos XIX e XX”. In: HARRIS, Marluza M. e HEINZ, Flávio M. *A História e seus territórios. Livro de Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, Oikus; ANPUH, 2008, pp. 89-114.

PRINS, Gwyn. “História Oral” In: Burke, Peter (org.). *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. Unesp. São Paulo. 1992. pg. 190.

RESTALL, Matthew. *Sete mitos da conquista européia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ROCHA, Leandro Mendes (org). *Etnicidade e nação*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.

SCHWARTZ, Stuart e SALOMON, Frank. (Eds). *The Cambridge history of the natives peoples of the Americas: South America*. Parte 2. v.3. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 443-501.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. “Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil”. IN: SILVA, Aracy Lopez da Silva; GRUPIONI Luiz Donisetti Benzi, (Org.). *A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, 1995, pp. 407-419.